



Plenário pode votar projetos sobre pré-sal e ficha limpa

Jonas Pereira/Agência Senado — 12/6/2018



A partir de amanhã, o Plenário do Senado poderá votar com urgência o projeto sobre a venda de excedente do pré-sal

Proposta autoriza Petrobras a vender a petroleiras privadas até 70% de seus direitos de exploração na Bacia de Santos. Presidente do Senado disse que vai pedir que texto tramite com urgência

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, deve pedir urgência para a tramitação de projeto que autoriza a Petrobras a transferir a petroleiras privadas até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos. Em um fórum que reuniu em Brasília o presidente eleito, Jair Bolsonaro, e 20 governadores que assumirão em 1º de janeiro, Eunício reforçou a intenção de votar logo o projeto.

Estudos indicam que a cessão pela Petrobras do petróleo excedente do pré-sal poderá render à

União uma receita de R\$ 100 bilhões. O texto prevê que o petróleo que exceder 5 bilhões de barris deverá ser licitado em regime de partilha de produção, após ser revisto o contrato de cessão entre a União e a Petrobras. Levantamento feito por uma consultoria aponta que o volume excedente seja de 6 bilhões a 15 bilhões de barris.

Também pode ser votado, em regime de urgência, projeto que altera a Lei da Ficha Limpa. A proposta, de Dalirio Beber, impede que os efeitos da lei sejam retroativos. **3**

Jovens senadores chegam para “mandato” de uma semana

Chegam hoje a Brasília e tomam posse amanhã no Senado os 27 estudantes classificados no Projeto Jovem Senador 2018. Eles venceram o concurso de

redação e, durante esta semana, vão aprender sobre o Legislativo, participar de comissões e apresentar e votar sugestões que poderão virar projetos de lei. **2**

Ronque da SA/Agência Senado — 17/12/2017



Jovens senadores da edição de 2017 discutem proposições legislativas



Pedro Franco/Agência Senado

Para Pedro Chaves (C), recursos dos fundos poderiam evitar tragédias como o incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro

Debate: fundos podem melhorar gestão de museus

A criação de fundos patrimoniais com recursos privados, prevista na MP 851/2018, poderá favorecer a sobrevivência de instituições culturais e o aumento de investimentos em pesquisa

e ciência e tecnologia. A conclusão é de duas audiências públicas da comissão mista da MP, na quarta-feira. Uma delas teve a participação do ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão. **3**

Chegam ao Congresso MPs que viabilizam venda de distribuidoras de energia

Medidas provisórias que permitem a privatização da Amazonas Energia e da Companhia Energética de Alagoas chegaram quarta-feira ao Congresso. O leilão da primeira está previsto para a semana que vem. **2**

Avança análise de medida que cria novo fundo para investimento em ferrovias

A comissão mista que analisa a medida provisória que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário aprovou o parecer do texto. Agora a MP será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado. **4**

Convênio possibilita Centro Cultural do Congresso **2**

MP do Saneamento Básico deve perder a validade **4**



Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 16 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional

Mais informações: cn.leg.br/visite



Duas MPs viabilizam venda de distribuidoras de energia

Textos que permitem a privatização da Amazonas Energia e da Companhia Energética de Alagoas chegaram quarta-feira ao Congresso. O leilão da primeira deve ser dia 27, o da segunda está suspenso

O CONGRESSO RECEBEU na quarta-feira duas medidas provisórias (MP 855/2018 e MP 856/2018) que buscam viabilizar a privatização das duas distribuidoras de energia que estão sob controle da Eletrobras: a Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal). O leilão da empresa amazonense está marcado para o dia 27. O da alagoana está suspenso por uma decisão judicial.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que vai facilitar o trâmite de aprovação das MPs, para evitar um "impasse" no fornecimento de energia.

A MP 855/2018 determina que as empresas poderão receber até R\$ 3 bilhões para cobrir despesas com combustíveis usados na geração de energia entre 1º de julho de 2017 e a data da transferência do controle acionário para o novo operador, após a licitação. Essa medida beneficia sobretudo a Amazonas Energia, que opera centrais de geração em locais isolados da Amazônia que usam combustível para produzir eletricidade. A empresa tem uma dívida com a Petrobras, fornecedora dos combustíveis.

Os recursos virão da Reserva Global de Reversão (RGR), uma conta financeira administrada pela Eletrobras e abastecida por depósitos das



Agência da Amazonas Energia: empresa pode ser leiloada no dia 27

concessionárias de energia elétrica. Em caso de insuficiência da RGR, o valor poderá ser complementado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que é uma espécie de fundo formado pelas distribuidoras e pelo Tesouro Nacional para financiar uma série de atividades do setor elétrico.

Atratividade

O pagamento dos R\$ 3 bilhões será feito em 60 parcelas mensais a partir da data de assinatura do novo contrato de concessão — ou seja, o novo concessionário é que receberá os valores. O repasse dos recursos gastos com compra de combustíveis é considerado fundamental para tornar a Amazonas Energia atrativa para os investidores.

A MP 855 traz outro dispositivo para tornar a privatização mais atraente: uma carência

de cinco anos para cumprir os requisitos de eficiência econômica e energética estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Tanto a Ceal como a Amazonas Energia estão sem contratos de concessão, pois a Eletrobras não os renovou. Juridicamente, são administradas pela estatal desde 2016 "como prestadoras designadas em caráter precário". A MP 856 define 31 de março de 2019 como prazo-limite para saída do controle da estatal.

O texto delega à Aneel a responsabilidade pela contratação emergencial e temporária de uma empresa privada para operar as duas distribuidoras entre a data de saída do abrigo da Eletrobras e a privatização.

As MPs serão analisadas em comissões mistas. Os pareceres serão votados na Câmara dos Deputados e no Senado.

Jovens senadores chegam e começam "mandato"



Os estudantes classificados no Projeto Jovem Senador 2018 chegam hoje a Brasília. Eles tomarão posse e exercerão um "mandato" de uma semana como jovens senadores.

Além de conhecer a Casa, vão participar de comissões, apresentar e votar sugestões legislativas que poderão virar

projetos de lei. Constam da programação palestra sobre o Portal e-Cidadania e visitas ao Congresso, à exposição sobre os 30 anos da Constituição, à Catedral e ao Palácio do Itamaraty.

A 11ª edição teve participação recorde: foram 190 mil redações inscritas sobre o tema dos 30 anos da Constituição. Lanielle Lorane de Sá Andrade, de Monsenhor Hipólito (PI), foi classificada

em primeiro lugar. Matheus Moura Carabolante, de São Francisco (SP), e Luana Coutinho da Silva, de Igarapé-Açu (PA), ficaram em segundo e terceiro lugares, respectivamente.

O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, destaca que o programa contribui para tornar os estudantes um ponto focal de transmissão de valores da cidadania e da democracia.

Convênio lança as bases para Centro Cultural do Congresso

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, assinou na sexta-feira, com o secretário de Patrimônio da União, Sidrack Correia Neto, convênio para cessão de posse de terreno da União destinado à futura sede do Centro Cultural do Congresso Nacional.

Ilana destacou que o centro cultural deverá reunir atividades de museu e atendimento à comunidade. Na próxima semana, disse, fará reunião com a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal (STF), que manifestaram interesse em participar do

projeto. Na reunião deverá ser definido o desenho arquitetônico do centro cultural, o levantamento de recursos para as obras de reforma, que poderão, segundo ela, ser obtidos por meio da Lei Rouanet ou de parcerias público-privadas.

A diretora da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, Dinamar Rocha, explicou que o espaço do Museu do Senado impossibilita exposições temporárias.

O imóvel onde será o centro cultural fica no Setor de Clubes Norte de Brasília.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEG	TER	QUA	SEX
PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Pronunciamentos e avisos da Mesa.	CDH Fundos de pensão 9h30 Audiência debate situação dos fundos de pensão.	CAS Podólogo 9h Análise do PLC 151/2015, que regula a profissão de podólogo.	CMO Reunião 14h30 A comissão faz reunião deliberativa.
CAE Contas públicas 10h Audiência com diretor da IFI, Felipe Salto, para debater quadro fiscal. Em seguida, análise do PLS 232/2016, que trata do modelo comercial do setor elétrico.	CRA Plantas ornamentais 11h Audiência para discutir o PLC 88/2014, que reduz burocracia no mercado de plantas ornamentais. Em seguida, análise do PLS 404/2018, sobre proteção de espécies vegetais.	CDR Segurança de barragens 9h Audiência pública sobre implantação da Política Nacional de Segurança de Barragens.	CAS Educador para a paz 10h Audiência conjunta para debater o tema "Educar para a paz: experiências internacionais e brasileiras".
INSTITUCIONAL Jovem Senador 11h Sessão de posse dos jovens senadores e eleição da Mesa Jovem.	CE Exercício da medicina 11h30 Análise do PLS 165/2017, que institui exame para exercício da medicina.	CTFC Combate ao tabagismo 11h Audiência para discutir o PLS 769/2015, que amplia medidas de combate ao tabagismo. Em seguida, votação do PLC 66/2017, sobre garantia contratual.	MP 851/2018 Fundos patrimoniais 14h30 Análise de relatório da medida provisória que institui marco regulatório dos fundos patrimoniais.
CMA Embalagens 11h30 Análise do PLC 37/2017, que aumenta prazo para que conste em embalagens alerta sobre consumo responsável de água.		INSTITUCIONAL Jovem Senador 14h Sessão final do Projeto Jovem Senador 2018.	

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

- **Alô Senado:** 0800 612211
- **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Agência Petrobras



A transferência do petróleo excedente para empresas privadas poderá garantir uma receita de R\$ 100 bilhões

Petróleo e ficha limpa estão na pauta do Plenário

Proposta, que poderá tramitar com urgência, autoriza a Petrobras a vender a petroleiras privadas até 70% dos direitos de exploração na Bacia de Santos. Também pode ser votado texto sobre ficha limpa

O PLENÁRIO PODE votar amanhã, em regime de urgência, projeto que autoriza a Petrobras a transferir a petroleiras privadas até 70% dos direitos de exploração de petróleo do pré-sal na área da Bacia de Santos (SP).

O PLC 78/2018 prevê que o petróleo que exceder 5 bilhões de barris deverá ser licitado no regime de partilha de produção, após ser revisto o contrato de cessão entre a União e a Petrobras. Estudos da certificadora independente Gaffney, Cline & Associates — contratada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) — estimam que oscile entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris o volume excedente à captação autorizada à estatal.

Com o projeto da cessão onerosa, a União poderá ga-

rantir uma receita de R\$ 100 bilhões com a venda, pela Petrobras, do excedente do petróleo extraído do pré-sal.

Também pode ser votado o texto com limite para os efeitos da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135, de 2010), que prevê oito anos de inelegibilidade para políticos condenados pela Justiça Eleitoral por abuso de poder.

Insegurança

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a pena pode ser imposta até mesmo a pessoas condenadas antes da entrada em vigor da Lei da Ficha Limpa. O PLS 396/2017, de Dalirio Beber (PSDB-SC), acaba com a possibilidade. Segundo o senador, o legislador abriu espaço para a insegurança jurídica.

“Não parece razoável que o aumento de prazos de inelegibilidade, sejam os já encerrados ou aqueles ainda em curso e que já são objeto de sentenças judiciais, possa conviver em paz com os postulados do Estado de direito. Um tal aumento configura, de modo inequívoco, um claro exemplo de retroatividade de lei nova para conferir efeitos mais gravosos a fatos já consumados. Não existe nada mais gravoso para o cidadão do que a perda, mesmo que parcial, de sua cidadania. Portanto, isso revela uma cara e danosa forma de sanção a todo aquele que pretenda participar da vida política nacional”, alega Dalirio.

A proposta tramita em regime de urgência e está pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Eunício pedirá urgência para votar projeto sobre o pré-sal

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou na quarta-feira que vai pedir urgência para votar o projeto que permite à Petrobras transferir a empresas privadas até 70% dos seus direitos de exploração do petróleo do pré-sal da Bacia de Santos (PLC 78/2018).

Eunício relatou que houve entendimento entre o atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, de que uma parcela dos recursos da cessão de que trata o projeto será destinada a estados e municípios.

Orçamento

Eunício afirmou ainda que Paulo Guedes deverá analisar o Orçamento de 2019 para indicar alguma possível mudança. Ele acrescentou que “jamais criaria qualquer tipo de problema” para o novo governo e lembrou que o Congresso Nacional aprovou, na terça-feira, uma série de projetos que liberam créditos para infraestrutura e segurança pública, limpando a pauta para uma possível votação do Orçamento.

— Não teremos “pauta bom-

ba”. Pelo contrário, queremos pautas que desenvolvam o país e ajudem o presidente eleito a dar uma resposta à expectativa que saiu das urnas — afirmou.

Fórum

Na quarta-feira, o presidente do Senado participou de um fórum que reuniu 20 governadores eleitos e o futuro presidente da República, Jair Bolsonaro. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, Paulo Guedes e o ministro indicado da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também participaram da reunião. O encontro foi organizado pelos representantes de São Paulo, João Doria, e do Distrito Federal, Ibaneis Rocha.

Eunício reforçou que continua aberto ao diálogo com Bolsonaro e sua equipe econômica para discutir propostas em votação no Congresso:

— Nós, inclusive, fizemos um entendimento de que era razoável aprovarmos a primeira matéria que é importante para o Brasil, a chamada cessão onerosa [do pré-sal].

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



No fórum de governadores, Eunício afirma que está aberto ao diálogo

Para ministro, criação de fundos deverá fortalecer instituições culturais

A criação de fundos patrimoniais vai favorecer a sobrevivência de instituições culturais, ao garantir um horizonte de sustentabilidade financeira de longo prazo a museus, orquestras e companhias de teatro e dança que se dedicam a um trabalho contínuo e permanente.

A avaliação foi feita na quarta-feira pelo ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, em audiência na comissão mista da medida provisória que estabelece um marco regulatório para captação de recursos privados para constituir os fundos patrimoniais.

A MP 851/2018 também estimula doações privadas para projetos de interesse público nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e esporte.

— Falta hoje uma fonte de recursos que permita a cons-

trução de sustentabilidade, com impacto positivo sobre a gestão e governança das instituições, que é o fundo patrimonial — disse.

No Brasil, as atividades culturais e artísticas representam 2,64% do produto interno bruto (PIB), gerando mais de 1 milhão de empregos diretos, com a participação de mais de 200 mil empresas e instituições, segundo Leitão. Essas ações têm apresentado crescimento médio anual de 9,1% nos últimos cinco anos,

índice bem acima da média da economia brasileira. No âmbito federal, porém, o conjunto de instrumentos de fomento e investimento em cultura e economia criativa tem sido insuficiente para estimular o crescimento das atividades do setor, afirmou.

Ciência e Tecnologia

Em outra audiência na comissão, o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Luiz Fernando

Fauth, disse que a MP é uma alternativa válida para a busca de novos recursos da iniciativa privada, tendo em vista que a crise fiscal impede o avanço dos gastos públicos no setor.

O Brasil investe 1,27% do PIB em pesquisa, percentual distante em relação aos líderes mundiais, como a China, Coreia do Sul e Japão, que investem de 2% a 4%.

A MP também foi criticada no debate. Para a assessora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Mariana

Mazza, não houve diálogo durante o processo de criação da medida.

— Foi com surpresa que a comunidade científica recebeu a edição da MP 851/2018 sem que tivesse havido qualquer debate com as áreas representativas da ciência, tecnologia e inovação brasileiras.

O presidente da comissão, senador Pedro Chaves (PRB-MS), destacou a importância do fundo patrimonial para a manutenção de instituições públicas. Um dos objetivos da MP é a reconstrução do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

— O que ocorreu no Museu Nacional poderia ter acontecido a várias outras instituições públicas e de similar importância, em razão da escassez de recursos públicos para financiar a conservação patrimonial. Na verdade, é de políticas públicas que nós precisamos — afirmou Pedro Chaves.



O deputado Celso Pansera (C) ouve as explicações do ministro Sérgio Sá Leitão (4º à dir.) sobre a proposta

Comissão mista aprova MP que cria fundo ferroviário

Mecanismo será formado por recursos do Orçamento da União, doações e fontes como a arrecadação com outorga de subconcessão de trecho da Ferrovia Norte-Sul. Objetivo é viabilizar investimentos no setor

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário (FNDF) aprovou na quarta-feira parecer favorável à iniciativa.

De acordo com a MP 845/2018, o fundo funcionará por cinco anos, contados da data de publicação da MP (20 de julho), e terá como objetivo ampliar a capacidade logística do Sistema Ferroviário Nacional.

A medida prevê que o FNDF será formado por recursos do Orçamento da União, doações e outras fontes, como o valor arrecadado com a outorga da subconcessão do trecho da Ferrovia Norte-Sul (Estrada de Ferro 151) entre Porto Nacional (TO) e Estrela D'Oeste (SP).

O texto estipula ainda que

os recursos serão aplicados no subsistema ferroviário federal, respeitados os planos de desenvolvimento logístico dos estados, e na ligação do Complexo Portuário de Vila do Conde (PA) à Ferrovia Norte-Sul, considerada a espinha dorsal do transporte ferroviário brasileiro.

Investimentos

O governo alega que o FNDF terá essencial relevância ao viabilizar investimentos imprescindíveis no setor, principalmente no Arco Norte do Brasil, o que vai proporcionar a redução dos custos de transportes, da emissão de poluentes e de acidentes em rodovias, além da melhoria do desempenho econômico de toda a malha ferroviária.

O projeto de lei de conversão do deputado Lúcio Vale (PR-PA) amplia as fontes de financiamento do fundo. Ele incluiu, por exemplo, as multas decorrentes de contratos de concessão ou de arrendamento de ferrovias.

Com a mudança, será necessário alterar a Lei 10.233, de 2001, para que esses recursos deixem de ser destinados à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

No que diz respeito à destinação dos recursos, Vale chegou a incluir na versão inicial do relatório outros trechos ferroviários que deveriam receber prioridade após a ligação Vila do Conde-Ferrovia Norte-Sul, mas retirou as emendas após negociação com o governo.

— Suspendemos a reunião para chegarmos a um acordo que permitisse a aprovação da MP. No acordo feito, após os ajustes do relator, o governo se comprometeu a não vetar o texto, que será aprovado da forma que o Congresso encaminhar ao Planalto — explicou o presidente da comissão mista, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A medida provisória terá que ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado. Ela tem vigência até 28 de novembro.



Prefeitura de Goviú

MP facilita privatização de empresas públicas de saneamento básico

Medida sobre saneamento não será lida e deverá perder vigência

Um acordo entre os líderes partidários na Câmara dos Deputados adiou mais uma vez a leitura e a inclusão na pauta da medida provisória que atualiza o marco legal do saneamento básico. A MP 844/2018 facilita a privatização de empresas públicas de saneamento, estimula a competitividade no setor e obriga o pagamento de tarifas, mesmo sem conexão ao serviço de água e esgoto.

O novo adiamento torna mais provável que a MP perca a vigência, já que precisa ser votada na Câmara e no Senado até hoje. É possível que o governo eleito reedite o texto.

A principal polêmica é a mudança na Lei dos Consórcios Públicos (Lei 11.107, de 2005) para permitir que continue vigente o contrato entre a empresa pública de saneamento a ser privatizada e os municípios para os quais presta serviços no âmbito do consórcio formado entre eles. Antes da MP, esse contrato teria de ser extinto.

A proposta determina que os municípios façam licitação para a prestação dos serviços de saneamento, com possível aumento de tarifa.

Partidos de oposição dizem que esses pontos equivalem à “privatização da água” e, por isso, têm feito obstrução à medida. O deputado Afonso Florence (PT-BA) afirmou que os partidos negociaram com o ministro das Cidades, Alexandre Baldy, mas não houve acordo.

— Negociamos muito com o governo e com instituições, mas não houve acordo para retirar o ponto que determina licitação para serviços de saneamento. São 22 governadores contrários à proposta.

Já o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) afirmou que será contrário à leitura ou votação de qualquer medida enquanto não colocarem em pauta a MP 844. Segundo ele, várias cidades convivem com esgoto a céu aberto e o texto pode resolver a questão.

Da Agência Câmara



Pedro Chaves (E) e Lúcio Vale, relator, ouvem Flexa Ribeiro (3º à esq.)

Wellington pede mais controle para evitar contrabando de armas

Wellington Fagundes (PR-MT) defendeu na quarta-feira mais investimentos nas fronteiras para evitar o aumento da criminalidade. Relator setorial de Defesa e Justiça no Orçamento para 2019, ele disse que o Estado precisa fazer sua parte para evitar o



contrabando de armas. — Entra arma, entra o contrabando ou leva-se o produto contrabandeado do Brasil porque principalmente estados como Mato Grosso estão vulneráveis, sem a presença e a eficácia das Forças Armadas nas fronteiras.

Para Rose, só investir em educação melhorará competitividade do país

Ao comentar a queda do Brasil no ranking que avalia a competitividade de 140 países, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, Rose de Freitas (Pode-ES) disse na quarta-feira que o caminho para melhorar o ambiente de negócios é investir em educação.



Em 72º lugar, o Brasil perdeu três posições em relação a 2017. — Educação é a chave para sair do atraso. A educação diminui desigualdade, democratiza oportunidades, combate a miséria, qualifica a mão de obra e agrega valor aos nossos produtos.

Guaracy celebra 67 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil

Guaracy Silveira (DC-TO) comemorou na quarta-feira os 67 anos da chegada da Igreja do Evangelho Quadrangular ao Brasil. — Nesse 15 de novembro, completamos 67 anos na pátria brasileira. Nossa reverência, gratidão e reconhecimento



aos pioneiros, muitos ainda vivos, e que se somam ao exército dos jovens quadrangulares continuando a missão apostólica, proclamando a fé, o amor e a esperança. Parabéns a você que proclama que Jesus é a única esperança — disse o senador.

Lasier Martins pede fim do sigilo dos empréstimos do BNDES

Lasier Martins (PSD-RS) pediu na quarta-feira a aprovação do projeto que acaba com o sigilo das operações do BNDES (PLS 7/2016).



Para ele, autor da proposta, a aprovação fornecerá a Bolsonaro a “chave” para que a devassa ocorra. — Sairão escândalos maiores do que o Petróleo. Acabar com o sigilo é uma obrigação do Estado que será reconhecida pelos contribuintes, pela Justiça e pela história.

Reforma gerou precarização das relações de trabalho, diz Humberto

Um ano após a aprovação da reforma trabalhista, o senador Humberto Costa (PT-PE) disse na quarta-feira que a proposta gerou estagnação do emprego formal e precarização das relações de trabalho.



época que valeria a pena eliminar direitos, porque a reforma trabalhista geraria até 6 milhões de novos postos, 2 milhões dos quais já nos primeiros dois anos. As estatísticas desmentem essa previsão. Um ano depois, o que há é um completo fiasco.

Valdir Raupp avalia resultado das eleições e fala sobre desafios

Valdir Raupp (MDB-RO) comentou na quarta-feira os resultados das eleições. O senador, que não teve seu mandato renovado, afirmou que os candidatos eleitos refletiram os desejos do povo na esperança por um Brasil melhor. Disse ainda que os políticos



preteridos devem respeitar essa vontade e encontrar novas formas para trabalhar pelo desenvolvimento do país. Para ele, Jair Bolsonaro terá desafios “urgentes e inadiáveis” para enfrentar com determinação, diálogo institucional e respeito à Constituição.